

Ação	Fundamento legal	Ilícitos	Sanções	Bem tutelado
Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	LC nº 64/90, arts. 1º, I, <i>d e h</i> , 19 e 22, XIV	<ul style="list-style-type: none"> - Abuso de poder (econômico e político) - Uso indevido dos meios de comunicação social 	<ul style="list-style-type: none"> - Inelegibilidade por 8 anos - Cassação do registro ou diploma 	<ul style="list-style-type: none"> - A legitimidade e normalidade das eleições
Recurso contra Expedição de Diploma (RCED)	CE, art. 262	<ul style="list-style-type: none"> - Inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato - Errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema proporcional - Erro de direito ou de fato na apuração final - Concessão de diploma em manifesta contradição com a prova dos autos no caso de votação viciada por abuso de poder, falsidade, captação ilícita, fraude ou coação 	<ul style="list-style-type: none"> - Cassação do diploma 	<ul style="list-style-type: none"> - A normalidade e legitimidade das eleições (CF, art. 14, § 9º) e o interesse público enquanto pressupostos de legitimidade política e validade jurídica do mandato democrático representativo
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	CF, art. 14, §§ 10 e 11	<ul style="list-style-type: none"> - Abuso do poder econômico - Corrupção - Fraude 	<ul style="list-style-type: none"> - Cassação do mandato 	<ul style="list-style-type: none"> - A normalidade e legitimidade das eleições (CF, art. 14, § 9º) e o interesse público enquanto pressupostos de legitimidade política e validade jurídica do mandato democrático representativo